

**CONVITE PARA APRESENTAÇÃO DE
CANDIDATURAS**

AVISO Nº ALT20-03-2017-27

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS
INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DA
ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

**DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E
EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS**

**AVISO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS POR
CONCURSO**

**EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NAS INFRAESTRUTURAS
PÚBLICAS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

AVISO Nº ALT20-03-2017-27

PRIORIDADE DE INVESTIMENTO

**4.c - APOIO À EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, À GESTÃO INTELIGENTE DA ENERGIA E À UTILIZAÇÃO
DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS NAS INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS, NOMEADAMENTE NOS
EDIFÍCIOS PÚBLICOS E NO SETOR DA HABITAÇÃO**

DATA DE ABERTURA: 15 de novembro 2017

DATA DE FECHO: 30 de abril 2018

DOMÍNIO DA SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO USO DE RECURSOS

Preâmbulo

Visando o ajustamento da programação à procura e ao contexto do setor, bem como equiparar os mecanismos de financiamento aos sistemas de outros Estados Membros, em julho de 2017 foi apresentada uma proposta de modificação da Prioridade de Investimento (PI) 4.3 nos Programas Operacionais SEUR, Regionais do Continente, dos Açores e da Madeira, no que respeita às intervenções nos projetos de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Pública central, regional e local.

As alterações aos programas operacionais neste domínio, no que se refere à Administração Pública central, regional e local, passam, pela revisão das seguintes condições de elegibilidade e das possibilidades de formas de apoio:

- a) Eliminação do requisito de subida de dois níveis na classe energética, sendo o mesmo substituído pelo objetivo de redução de 30% no consumo de energia primária no investimento candidatado;
- b) Eliminação da exigência da geração de benefícios líquidos positivos;
- c) Alteração das formas de apoios, passando a prever os subsídios não reembolsáveis, para além de subsídios reembolsáveis.

Este Aviso de Abertura de Concurso foi elaborado ao abrigo do n.º 7 do artigo 16.º do Regulamento Geral dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, tendo como enquadramento um pedido de modificação submetido à Comissão Europeia pelo PO Alentejo, nos termos do artigo 30.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro, tendo em vista a introdução das referidas condições de elegibilidade e das possibilidades de forma de apoio reembolsável e não reembolsável a contemplar no presente concurso.

1. Âmbito e Objetivos

O Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo prevê, no seu Eixo Prioritário 7 – Eficiência Energética e Mobilidade, o objetivo de apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores, que inclui a Prioridade de Investimento (PI) 4.c – “Apoio à

eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos e no setor da habitação”.

No âmbito desta PI destaca-se o Objetivo Específico 1 – “Aumento da eficiência energética nas infraestruturas públicas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e de produção de energias renováveis nos edifícios públicos”, objeto do presente Aviso.

O presente Aviso visa o apoio a projetos que contemplem a implementação de medidas de eficiência energética nas infraestruturas e equipamentos existentes da Administração Local, com recurso a apoio de subvenção reembolsável e subvenção não reembolsável, esta última, obrigatória para as auditorias e estudos.

Neste sentido, a Comissão Diretiva do PO Regional do Alentejo entendeu proceder à abertura do presente Aviso, e agora divulgado através do sítio da internet no Portal 2020.

A listagem de operações indicada no Quadro de Investimentos do Anexo 3 do contrato do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial não é de natureza vinculativa, podendo ser apresentadas candidaturas de outras operações desde que tal alteração seja objeto de apreciação favorável por parte da Comunidade Intermunicipal/ Área Metropolitana e respeite o limite da dotação contratualizada na Prioridade de Investimento 4.3.

2. Tipologias de Operações

2.1. As tipologias de operações passíveis de apresentação de candidaturas, no âmbito do presente Aviso, são as que se encontram previstas nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 36º do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (RE SEUR), aprovado pela Portaria n.º 57-B/2015, de 27 de fevereiro, alterado pelas Portarias n.º 404-A/2015, de 18 de novembro, n.º 238/2016, de 31 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 17/2016 de 26 de setembro, n.º 124/2017, de 27 de março, n.º 260/2017, de 23 de agosto, e n.º 325/2017, de 27 de outubro nos seguintes termos:

a) Intervenções ao nível do aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos existentes da administração local:

i. Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore;

ii. Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento;

iii. Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC);

iv. Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.

b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética:

i. Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária e climatização;

ii. Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.

c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas.

d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento.

2.2. As candidaturas devem apresentar obrigatoriamente investimentos na (s) tipologia (s) de operação a) ou c) e, complementarmente, na(s) tipologia(s) de operação b) e/ou d) do ponto anterior deste Aviso.

2.3. As candidaturas apresentadas ao abrigo da alínea a) devem ser acompanhadas por Certificado Energético relativo às infraestruturas a intervencionar. As candidaturas que apresentem mais do que um Certificado Energético para as infraestruturas a intervencionar serão automaticamente excluídas.

2.4 As candidaturas apresentadas ao abrigo da alínea c) devem obedecer aos parâmetros de referência estabelecidos pela DGEG e ser acompanhadas de diagnóstico/estudo que demonstre a adequação do investimento que vise a eficiência energética.

2.5. Os requisitos das medidas de eficiência energética e energias renováveis elegíveis no âmbito do presente Aviso, por tipologia de operação, são as que se encontram descritas no Anexo I do presente Aviso.

3. Beneficiários

As entidades beneficiárias do presente Aviso são as Autarquias Locais, suas Associações e as empresas do setor empresarial local detidas a 100% por entidades públicas, enquadradas nas entidades previstas nas alíneas a) e b) do artigo 37º do RE SEUR, desde que identificadas no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT)

4. Âmbito Geográfico

O presente convite tem aplicação na NUTS II da Região Alentejo de Portugal, definida de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 244/2002, de 5 de novembro.

5. Grau de Maturidade mínimo exigido às operações

O grau de maturidade mínimo exigido para as operações na fase de apresentação de candidatura consiste na evidência dos seguintes elementos:

- a) Aprovação dos requisitos técnicos das intervenções a realizar, calendário de realização e orçamento das componentes principais da operação que evidenciem a consolidação das soluções técnicas a adotar, adequada fundamentação dos custos, bem como a definição do planeamento das ações a realizar. Estes elementos deverão demonstrar a capacidade da entidade proponente cumprir o disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 12º do RE SEUR, que determina aos beneficiários a obrigação de demonstrar o início da execução da operação no prazo máximo de 180 dias após a assinatura do termo de aceitação da operação, sendo que o projeto de execução pode ser substituído pelo anteprojecto de execução, desde que o lançamento do concurso para a empreitada seja efetuado até 60 dias após a contratação do apoio;
- b) Certificado Energético válido do edifício objeto da operação, no caso das intervenções previstas na alínea a) do ponto 2.1 do presente aviso, devidamente acompanhado do Relatório de Avaliação Energética, que demonstre a adequação do investimento, bem como evidência de que as intervenções a desenvolver garantem um mínimo de redução em 30% no consumo de energia primária, face ao consumo verificado antes da realização do investimento.

6. Prazo de Execução das operações

O prazo máximo para conclusão das operações a candidatar no âmbito do Aviso é de 3 anos (36 meses) contados após a data de assinatura do Termo de Aceitação.

7. Natureza do Financiamento

7.1 Os apoios a conceder aos investimentos, que verifiquem a concretização da realização das medidas identificadas no projeto alvo da subvenção e atinjam os objetivos preconizados, podem assumir as seguintes formas:

- a) subsídio reembolsável, que é integralmente restituído sem lugar ao pagamento de juros, através da entrega anual de um montante não inferior a 70 % das poupanças energéticas líquidas anuais até à liquidação da totalidade da subvenção no prazo máximo a ser definido na avaliação da candidatura, podendo o reembolso programado ser antecipado por iniciativa do beneficiário;
- b) subsídio não reembolsável.

7.2 Os subsídios reembolsáveis serão atribuídos de acordo com Orientação Técnica relativa ao “Regime a aplicar às subvenções reembolsáveis nos projetos de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Central e Local”, disponível no sítio da internet deste Aviso e implica a aceitação prévia, por parte do beneficiário, em entregar à Agência para o Desenvolvimento e Coesão (Agencia, I.P) a parte das poupanças energéticas líquidas anuais que vier a ser definida na avaliação da candidatura, bem como obter as devidas autorizações orçamentais.

7.3 A natureza do financiamento reembolsável ou não reembolsável a incidir sobre as tipologias de operação previstas nas alíneas a) e b) do ponto 2.1 deste Aviso, exceto a prevista no ponto 7.4, resultará da opção do beneficiário, indicada na apresentação da candidatura¹.

7.4 O financiamento dos investimentos apresentados na tipologia de operação da alínea a) do ponto 2.1 deste Aviso que incidam exclusivamente na climatização e/ou na iluminação, previstas na sua subalínea iii), assumirá a natureza de subvenção reembolsável.

7.5 O financiamento para a tipologia de operação prevista na alínea c) do ponto 2.1 deste Aviso assumirá a natureza de subvenção reembolsável.

¹ Será disponibilizada ferramenta de cálculo em link para apoio à decisão do promotor.

7.6 O financiamento para a tipologia de operação prevista na alínea d) do ponto 2.1 deste Aviso assumirá a natureza de subvenção não reembolsável.

8. Dotação financeira e taxas máximas de cofinanciamento

8.1 A dotação FEDER para a PI 4.3 contratualizada com as diferentes Comunidades Intermunicipais (CIM), com respeito pelo acordado nos PDCT celebrados entre a Autoridade de Gestão (AG) e as respetivas CIM, enquanto Organismo Intermédio (OI), é de 34.251.560 euros, deduzida da dotação associada à reserva de desempenho definida ao nível do eixo do PO (6%), refletida por CIM de acordo com a seguinte distribuição:

CIM	Reembolsável	Não Reembolsável	Total PDCT
Alto Alentejo	1.376.313,22	5.505.252,88	6.881.566,10
Alentejo Central	1.400.694,00	5.602.776,00	7.003.470,00
Baixo Alentejo	1.222.000,00	4.888.000,00	6.110.000,00
Alentejo Litoral	877.827,46	3.511.309,84	4.389.137,30
Lezíria do Tejo	7.893.909,44	1.973.477,36	9.867.386,80
TOTAIS	12.770.744,12	21.480.816,08	34.251.560,20

8.2. Taxas máximas de cofinanciamento (subsídios reembolsáveis)

Nos casos de subsídios reembolsáveis a taxa máxima de cofinanciamento FEDER das operações é a que resulta do montante de cofinanciamento previsto nos PDCT e RE SEUR, sendo de 95 %, incidindo sobre as despesas elegíveis, de acordo com o ponto 1 do artigo 41º do RE SEUR.

8.3 Taxas máximas de cofinanciamento (subsídios não reembolsáveis)

8.3.1 Projetos com custo total elegível inferior a um milhão de euros (não abrangidos pelo artigo 61.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

a) A subvenção não reembolsável para as tipologias de operações previstas nas alíneas a) e b) do artigo 36º, exceto a prevista no ponto 7.4 deste Aviso, é de 25%, ou de 30% tratando-se de intervenções integradas.

b) A taxa base pode ser majorada até um máximo de 50% nos seguintes termos:

- 5 pontos percentuais, caso a realização do investimento garanta o alcance de uma classe de desempenho energético C;
 - 15 pontos percentuais, caso a realização do investimento garanta o alcance de uma classe de desempenho energético B- ou B;
 - 20 pontos percentuais, caso a realização do investimento garanta o alcance de uma classe de desempenho energético A ou A+;
- c) Caso o investimento envolva uma intervenção num edifício com mais de 40 anos classificado ou em vias de classificação como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da legislação nacional, a taxa de cofinanciamento base é de 25% e será majorada em 20 pontos percentuais, independentemente da classe de desempenho energética garantida com a realização do investimento.
- d) Para efeito da aplicação da taxa base de 30% referida na alínea a) do presente ponto, considera-se intervenção integrada a que, para além de prever uma intervenção na envolvente exterior, designadamente na envolvente opaca e/ou nos vãos envidraçados (tipologias de operações previstas nas subalíneas i) e ii) da alínea a) do ponto 2.1 do presente Aviso), também contemple uma intervenção nos sistemas técnicos, designadamente na climatização, AQS, gestão centralizada, iluminação e outros sistemas técnicos (tipologias de operações previstas nas subalíneas iii) a iv) da alínea a) do ponto 2.1 do presente Aviso) e/ou contemple uma intervenção nos equipamentos de produção com base em energias renováveis, designadamente na produção térmica para climatização e/ou AQS, e produção elétrica para autoconsumo (tipologias de operações previstas da alínea b) do ponto 2.1 do presente Aviso).

8.3.2 Projetos com custo total elegível superior ou igual a um milhão de euros (abrangidos pelo artigo 61.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013)

- a) A despesa elegível para efeitos de cofinanciamento pelo FEDER é a que resulta da dedução da receita líquida prevista pela operação no período de referência aplicável, sendo que a taxa máxima de cofinanciamento FEDER é a que se encontra prevista no n.º 2 do artigo 8.º do RESEUR.
- b) Para o efeito, deverá ser considerado um período de referência de 25 anos para as intervenções que visem o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos, incluindo as intervenções da promoção de energias renováveis para autoconsumo.

8.3.3 As despesas relacionadas com tipologias previstas na alínea d) do artigo 36º do RE SEUR beneficiam da taxa de apoio prevista no n.º 2 do artigo 8.º do RESEUR.

9. Período para Receção de Candidaturas

A receção de candidaturas decorrerá em três fases, cada uma com uma dotação máxima indicativa de FEDER de 11.417 milhões de euros, nos períodos seguintes:

- 1.ª Fase: De 15 de novembro de 2017 às 18:00h do dia 05 janeiro de 2018;
- 2.ª Fase: De 1 de janeiro de 2018 às 18:00h do dia 28 de fevereiro de 2018
- 3.ª Fase: De 1 de março de 2018 às 18:00h do dia 30 de abril de 2018.

10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação das operações definidas no ponto 2 do presente Aviso e que respeitem cumulativamente as seguintes condições:

10.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários:

- a) Assegurar o cumprimento do disposto no ponto 3 do Aviso;
- b) Os beneficiários identificados no número anterior têm de se encontrar integrados nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) aprovados;
- c) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, declarando ou comprovando o cumprimento dos critérios previstos no mesmo artigo do referido diploma, nomeadamente:
 - i. Estarem legalmente constituídos;
 - ii. Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
 - iii. Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
 - iv. Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
 - v. Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento);
 - vi. Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;

9. Período para Receção de Candidaturas

A receção de candidaturas decorrerá em três fases, cada uma com uma dotação máxima indicativa de FEDER de 11.417 milhões de euros, nos períodos seguintes:

- 1.ª Fase: De 15 de novembro de 2017 às 18:00h do dia 05 janeiro de 2018;
- 2.ª Fase: De 1 de janeiro de 2018 às 18:00h do dia 28 de fevereiro de 2018
- 3.ª Fase: De 1 de março de 2018 às 18:00h do dia 30 de abril de 2018.

10. Elegibilidade dos beneficiários, das operações e das despesas a cofinanciar

São elegíveis as candidaturas que visem a implementação das operações definidas no ponto 2 do presente Aviso e que respeitem cumulativamente as seguintes condições:

10.1. Critérios de elegibilidade dos beneficiários:

- a) Assegurar o cumprimento do disposto no ponto 3 do Aviso;
- b) Os beneficiários identificados no número anterior têm de se encontrar integrados nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT) aprovados;
- c) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 13º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, declarando ou comprovando o cumprimento dos critérios previstos no mesmo artigo do referido diploma, nomeadamente:
 - i. Estarem legalmente constituídos;
 - ii. Terem a situação tributária e contributiva regularizada perante, respetivamente, a administração fiscal e a segurança social, a verificar até ao momento da assinatura do termo de aceitação;
 - iii. Poderem legalmente desenvolver as atividades no território abrangido pelo PO e pela tipologia das operações e investimentos a que se candidatam;
 - iv. Possuírem, ou poderem assegurar até à aprovação da candidatura, os meios técnicos, físicos e financeiros e os recursos humanos necessários ao desenvolvimento da operação;
 - v. Terem a situação regularizada em matéria de reposições, no âmbito dos financiamentos dos FEEI (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento);
 - vi. Apresentarem uma situação económico-financeira equilibrada ou demonstrarem ter capacidade de financiamento da operação;

vii. Não terem apresentado a mesma candidatura, no âmbito da qual ainda esteja a decorrer o processo de decisão ou em que a decisão sobre o pedido de financiamento tenha sido favorável, exceto nas situações em que tenha sido apresentada desistência;

d) Assegurar que não estão sujeitos aos impedimentos e condicionamentos constantes do artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei;

e) Assegurar o cumprimento do disposto no artigo 6.º do RE SEUR.

10.2. Critérios gerais de elegibilidade da operação:

a) Evidenciar que satisfazem os critérios gerais de elegibilidade das operações definidos no artigo 5.º do RE SEUR, nomeadamente:

i. Respeitem as tipologias de operações previstas no referido regulamento e no ponto 2 deste Aviso-Concurso;

ii. Visem a prossecução dos objetivos específicos previstos no referido regulamento;

iii. Estejam em conformidade com os programas e planos territoriais em vigor na sua área de incidência, quando aplicável;

iv. Demonstrem adequado grau de maturidade, de acordo com o referido no ponto 5 do presente Aviso;

v. Justifiquem a necessidade e a oportunidade da realização da operação;

vi. Disponham dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;

vii. Apresentem uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira;

viii. Incluam indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da operação para os respetivos objetivos, bem como monitorizar o grau de execução da operação e o cumprimento dos resultados previstos;

ix. Demonstrem a sustentabilidade da operação após realização do investimento;

x. No caso dos projetos cujo custo total elegível seja superior a 25 milhões de euros, demonstrem o cumprimento das normas nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 18º do decreto-lei nº 159/2014, de 27 de outubro, e que disponham de parecer positivo de peritos independentes, a emitir por solicitação da autoridade de gestão após a apresentação da candidatura (quando aplicável);

- xi. Apresentem um plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, que evidencie o cumprimento das obrigações fixadas no n.º 3 do artigo 115.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, de 17 de dezembro;
- xii. Cumpram as orientações e normas técnicas aplicáveis à tipologia de operação, tal como definidas pelas entidades competentes;

10.3. Critérios específicos de elegibilidade das operações:

- a) Estarem alinhadas com a Estratégia aprovada nos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), respeitando os limites de cofinanciamento previstos no contrato dos referidos Pactos;
- b) Comprovar que a operação corresponde à otimização do investimento na perspetiva do interesse público e dos benefícios esperados;
- c) No que se refere às intervenções previstas na alínea a) do ponto 2.1 do presente Aviso:
 - i) Apresentar avaliação energética que demonstre a adequação do investimento e que evidencie que as intervenções resultam em melhoramentos significativos em termos de eficiência energética, garantindo um mínimo de redução em 30% no consumo de energia primária no investimento candidato face ao consumo anterior à realização do investimento;
 - ii) Evidenciar, através de declaração do promotor, que foram cumpridos os requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos na Diretiva relativa ao Desempenho Energético nos Edifícios e na Diretiva relativa à Promoção de Energia proveniente de fontes de renováveis;
- d) Incidir sobre infraestruturas públicas de propriedade e de utilização da Administração Pública, ou seja, cujo beneficiário da redução do consumo de energia seja a Administração Pública, não sendo cofinanciadas despesas de funcionamento e de manutenção;
- e) Sempre que forem identificadas medidas de eficiência energética que incidam em materiais ou elementos que contenham amianto e em que seja necessária a sua remoção, o projeto a apoiar deve obrigatoriamente prever a remoção, substituição e destino final desses materiais, de acordo com a legislação em vigor. Em fase de apresentação da respetiva candidatura, o beneficiário deverá submeter o diagnóstico relativo à presença de amianto no edifício, identificando a respetiva necessidade de remoção.
- f) Não são elegíveis intervenções que sejam obrigatórias por lei;

g) Não são elegíveis intervenções em infraestruturas e equipamentos que tenham beneficiado de cofinanciamento comunitário para a realização de intervenções nas tipologias de operação descritas neste Aviso, nos últimos 10 anos.

10.4. Elegibilidade de despesas:

a) Sem prejuízo das regras e limites à elegibilidade de despesas previstas no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, são elegíveis as despesas indispensáveis à concretização das operações que vierem a ser aprovadas no âmbito do presente Aviso, resultantes dos custos reais incorridos com a realização da operação, em conformidade com o elenco de despesas elegíveis e não elegíveis previstas no artigo 7.º do RE SEUR e no Anexo III deste Aviso;

b) Para efeitos de determinação do montante máximo das despesas elegíveis, serão tidos em conta os custos-padrão máximos de investimento por tecnologia e/ou superfície intervencionada quando definidos pela DGEG, conforme Anexo IV deste Aviso;

c) Apenas serão considerados os custos de investimento que comprovadamente visarem e forem indispensáveis à redução de consumos de energia nas infraestruturas candidatas, através da implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia a partir de fontes renováveis para autoconsumo elegíveis no âmbito do presente Aviso, desde que se enquadrem nas tipologias de despesas elegíveis previstas no artigo 7.º do RE SEUR e com os limites fixados na alínea anterior;

d) A despesa elegível com investimentos em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis, enquadrados na tipologia de operação da subalínea ii) da alínea b) do ponto 2.1 deste Aviso, está limitada a 30 % do montante de investimento total elegível da candidatura, não considerando o montante de investimento em produção de energia em fontes de energia renováveis;

e) A elegibilidade das despesas previstas com auditorias, estudos, planos de ação ou análises energéticas, necessárias ao diagnóstico “ex-ante” ou avaliação “ex-post” fica dependente da realização das medidas identificadas no diagnóstico ‘ex-ante’ que garantam um mínimo de redução em 30% no consumo de energia primária no investimento candidato face ao consumo anterior à realização do investimento.

f) Não são elegíveis as seguintes despesas:

i. Ações de realojamento;

ii. Outras intervenções em edifícios que não se encontrem relacionadas com o aumento do desempenho energético, como sejam:

- Pintura, exceto nos casos em que seja promovida a instalação de isolamento térmico pelo exterior da fachada, bem como nas situações em que o isolamento térmico seja instalado pelo interior, sendo que em ambos os casos apenas se considera elegível a despesa associada à pintura das superfícies que foram objeto da colocação de isolamento térmico;

- Reforço estrutural;

- Intervenções nas redes elétricas, de abastecimento de água, de saneamento, de ITED (Infraestruturas de Telecomunicações em Edifícios), ou outras;

- Outras pequenas reparações.

iii. Auditorias obrigatórias por lei ou que não relevem para a concretização das intervenções previstas na operação;

iv. Despesas relacionadas com a aquisição de terrenos e constituição de servidões indispensáveis à realização da operação, por expropriação ou negociação direta, bem como eventuais indemnizações a arrendatários, e de serviços de execução de operação de cadastro predial do prédio ou prédios em que incide a operação, incluindo aluguer de equipamento;

v. As demais despesas identificadas como não elegíveis por tipologia de operação, no Anexo II deste Aviso;

vi. Imputações de custos internos das entidades beneficiárias;

vii. Despesas de consumo corrente ou despesas de funcionamento, bem como despesas que não sejam agregadas em conta específica para a operação;

viii. Despesas de revisões de preços, sendo que, caso estas despesas venham a tornar-se efetivas no decurso da operação, poderá ser apresentado um pedido de reprogramação à Autoridade de Gestão do PO Alentejo, para incluir as despesas efetivamente suportadas pelo beneficiário com Revisões de Preços Definitivas (de montante positivo) e até ao limite de 5% do montante elegível dos trabalhos efetivamente executados, nos termos da alínea g) do número 1 do artigo 7.º do RE SEUR. No caso de serem apuradas Revisões de Preços definitivas (de montante negativo), as mesmas terão que ser apresentadas ao PO Alentejo, através da submissão em Pedido de Pagamento dos respetivos documentos de apuramento das Revisões de Preços e respetivas Notas de Crédito, as quais serão abatidas às Despesas Elegíveis da operação.

ix) Não são elegíveis as despesas decorrentes de investimentos realizados em edifícios com data anterior a 24-06-2016, data em que foi assegurado o cumprimento da condicionalidade ex-ante T.04.1 do PO Alentejo. Adicionalmente, nos termos do artigo 2.º da Decisão C(2017) 7190 final de 24/10/2017 relativa à alteração do PO Alentejo, a despesa tornada elegível em virtude da alteração aprovada pela referida Decisão, deve ser considerada elegível a partir de 12 de julho de 2017.

g) As operações deverão respeitar a legislação comunitária e nacional em matéria de operações geradoras de receitas, designadamente, as disposições previstas no Regulamento (UE) n.º 1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013 (artigo 61º e n.º 8 do artigo 65º) e do Decreto-Lei nº 159/2014, de 17 de outubro (artigo 19º).

11. Preparação e submissão das candidaturas

11.1. Submissão das candidaturas

- a) As candidaturas deverão ser submetidas exclusivamente através do Balcão 2020 através do preenchimento e submissão de formulário próprio, instruídas de acordo com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, e nos termos e condições fixadas no presente Aviso;
- b) Para efeitos de apresentação de candidaturas o beneficiário deverá obter a credenciação prévia necessária no Balcão Único do Portugal 2020;
- c) O formulário de candidatura deve ser devidamente preenchido pelo beneficiário no Balcão Único do Portugal 2020, devidamente acompanhado de todos os documentos indicados no ponto 11.2. do presente Aviso, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

11.2. Documentos a apresentar com a candidatura:

- a) Além do formulário de candidatura, que deverá ser preenchido de acordo com o "Manual de Submissão de candidaturas" do Balcão 2020, a candidatura terá de incluir:
 - i. Os documentos discriminados no Anexo I – Documentos de Instrução da Candidatura;
 - ii. Anexo V - Ferramenta auxiliar de cálculo do investimento elegível, poupanças líquidas e período de reembolso da subvenção reembolsável;que se encontram disponíveis para descarregar na página do Aviso no Balcão 2020, para preenchimento e submissão no âmbito da candidatura;
- b) A candidatura deve ainda conter a informação complementar que o proponente considere relevante para a demonstração das condições de elegibilidade do beneficiário e da operação, bem como do mérito da mesma;
- c) Os documentos que devem instruir as candidaturas devem ser anexados aquando do preenchimento do formulário de candidatura no Balcão 2020, não sendo aceites documentos que sejam remetidos por outros meios que não a referida plataforma.

12. Processo de Decisão das Candidaturas

O processo de decisão relativo às candidaturas apresentadas em cada uma das fases indicadas no ponto 9.1 deste Aviso é feito de forma autónoma, por fase, e obedecerá à seguinte tramitação:

12.1. 1ª Etapa | Verificação do enquadramento da candidatura nas condições do aviso de abertura, nas seguintes dimensões:

- a) Enquadramento nas tipologias de operação previstas no âmbito do Aviso;
- b) Enquadramento do proponente nas tipologias de beneficiários previstos no Aviso;
- c) Enquadramento no âmbito geográfico previsto no Aviso;
- d) Verificação da situação de impedimentos e condicionamentos da entidade proponente;
- e) Verificação de que se trata de uma Operação não concluída (nº 6 do artigo 65º do Regulamento (UE) nº 1303/2013);
- f) Verificação da situação de conformidade da operação com os princípios gerais e políticas da União (alínea iii) do nº 3 do artigo 125º do Regulamento (UE) nº 1303/2013);
- g) Verificação do cumprimento do grau de maturidade previsto no Aviso;
- h) Verificação da existência de documentos essenciais na instrução da candidatura: memória descritiva, respetiva completude e Análise Custo Benefício ou Estudo de Viabilidade Financeira, quando aplicável.

O cumprimento das condições previstas relativas ao enquadramento, no Aviso, do beneficiário e da operação, conduzem ao prosseguimento da análise, nas dimensões da elegibilidade geral e específica do beneficiário e nos critérios de elegibilidade gerais e específicos da operação.

Caso o beneficiário e/ou a operação não tenham enquadramento nas condições do Aviso analisadas nesta primeira etapa, a entidade proponente será notificada da proposta de não admissão, por falta de enquadramento no Aviso, através de um processo de audiência prévia, no âmbito do qual dispõe de 10 dias úteis para se pronunciar sobre aquela proposta, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo.

No caso de serem apresentados argumentos que conduzam à revisão da proposta de não enquadramento nas condições do Aviso em sede de audiência prévia, a análise da candidatura prosseguirá. Na falta de resposta, ou se após resposta se concluir pela falta de fundamento para a revisão da não elegibilidade por falta de enquadramento nas condições do Aviso de Abertura analisadas nesta primeira etapa, a mesma não será aceite, e a entidade proponente será notificada da não admissão da candidatura.

12.2. 2ª Etapa | Verificação dos restantes critérios de elegibilidade gerais e específicos dos beneficiários e das operações e Apuramento do Mérito da candidatura:

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo, nos termos definidos no ponto 13.

13. Apuramento do mérito e seleção das candidaturas

Na avaliação do mérito de cada operação serão aplicados os critérios de seleção aprovados pelo Comité de Acompanhamento do PO Alentejo, tendo em conta o Referencial de Análise de Mérito da Operação (MO) constante do Anexo II.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Para além da avaliação do mérito absoluto das candidaturas, realizada de acordo com a metodologia exposta anteriormente, será ainda efetuada uma avaliação de mérito relativo, que resulta da seriação das candidaturas avaliadas na mesma fase de decisão, por ordem decrescente em função do mérito da operação, selecionadas até ao limite orçamental definido no aviso para apresentação de candidaturas.

A Classificação Final (CF) da candidatura é estabelecida por agregação das classificações dos critérios (C) e das respetivas ponderações (P), através da seguinte fórmula:

Edifícios e Equipamentos:

$$MO = 0,3 \times A1 + 0,1 \times A2 + 0,1 \times A3 + 0,3 \times B + 0,2 \times C$$

em que:

A = Eficiência e Sustentabilidade;

B = Adequação à Estratégia;

C = Eficácia

Iluminação Pública:

$$MO = 0,4 \times A1 + 0,1 \times A2 + 0,3 \times B + 0,2 \times C$$

em que:

A = Eficiência e Sustentabilidade;

B = Adequação à Estratégia;

C = Eficácia;

14. Indicadores de acompanhamento das operações

14.1. A entidade beneficiária deverá incluir na candidatura a proposta e respetiva fundamentação de valores de referência, metas e o respetivo ano alvo para a totalidade dos indicadores de realização e de resultado aplicáveis à operação, enquanto indicadores de acompanhamento da execução da operação.

14.2. No caso dos indicadores em que a unidade de medida resulte da utilização de variáveis elementares (%), deverão ser indicados e fundamentados os valores desagregados por numerador e denominador, de modo a justificar a meta proposta, no campo das observações referentes ao preenchimento dos indicadores.

15. Contratualização de realizações e resultados no âmbito das operações

15.1. As metas propostas pelo beneficiário para os indicadores de realização e de resultado, conforme previsto no ponto 14.1 deste Aviso, serão contratualizadas com a Autoridade de Gestão do PO Alentejo para os seguintes indicadores:

Código Indicador	Tipo Indicador	Designação do Indicador	Unidade de Medida
0.04.03.02.C	Realização	Redução anual do consumo de energia primária nos edifícios públicos	kWh/ano
0.04.03.01.E	Realização	Redução anual do consumo de energia primária na iluminação pública	kWh/ano
R.04.03.04.P	Resultado	Consumo de energia final nos edifícios da administração local após intervenção	kWh/ano
R.04.03.03.P	Resultado	Consumo de energia final na iluminação pública	kWh/ano

15.2. No caso do incumprimento das metas dos indicadores de realização e de resultados contratualizados ao nível de cada operação, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro, poderá ser aplicada uma redução do apoio à operação.

16. Entidades responsáveis pela avaliação do mérito e pela decisão de financiamento

Nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 137/2014, de 12 de setembro, relativo ao modelo de governação dos FEEI, as entidades designadas por contrato de delegação de

competências que asseguram a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso são as Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Alentejo, com a colaboração técnica especializada e parecer da DGEG ou de entidade com competências na matéria

Sempre que se trate de projetos candidatados pelas Comunidades Intermunicipais da NUTS II Região Alentejo, a análise das candidaturas no âmbito deste Aviso de Concurso será assegurada integralmente pela AG.

17. Esclarecimentos complementares

17.1. A Autoridade de Gestão do PO Alentejo, em conjunto com a DGEG, pode requerer ao beneficiário esclarecimentos e/ou elementos complementares, os quais devem ser apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data em que os mesmos sejam formalmente solicitados.

17.2. Findo o prazo referido no ponto anterior, caso não sejam prestados pelo beneficiário os esclarecimentos/elementos requeridos, a respetiva candidatura será analisada com os documentos e informação disponíveis.

18. Comunicação da decisão ao beneficiário

18.1. Para cada fase de apresentação de candidaturas previstas no ponto 9.1 deste aviso, a decisão de seleção da candidatura apresentada será proferida pela Autoridade de Gestão, no prazo de 60 dias úteis, após a data de encerramento de cada fase prevista no ponto 9.1 deste Aviso, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 215/2015, de 6 de outubro.

18.2. O prazo indicado no ponto anterior é suspenso nos períodos relativos à apresentação de esclarecimentos e/ou elementos complementares pelos beneficiários previstos no número anterior do presente Aviso.

18.3. Sem prejuízo do prazo legalmente previsto para a audiência dos interessados, em caso de apresentação de alegações o prazo previsto no ponto 18.1 do presente Aviso pode ser alargado até 40 dias úteis.

19. Orientações específicas

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso a:

a) Orientação Técnica relativa ao “Regime a aplicar aos apoios concedidos a título de subvenções reembolsáveis nos projetos de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente

da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas da Administração Central e Local”,

- b) Outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- c) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- d) Pontos de contato para obter informações adicionais;
- e) Resultados deste concurso.

Évora, 15 de novembro de 2017

O Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Alentejo

Roberto Pereira Grilo

ANEXOS

Anexo I – Documentos de Instrução da Candidatura

Anexo II – Referencial de análise de mérito da operação

Anexo III - Requisitos de medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação

Anexo IV – Custos-padrão máximos por tecnologia definidos pela DGEG

Anexo V – Ferramenta auxiliar de cálculo de reembolsos e poupanças (a disponibilizar nos próximos dias)

Anexo I – Documentação obrigatória para instrução da candidatura

1. Memória descritiva e justificativa que inclua:
 - a. Enquadramento na(s) tipologia(s) de investimento prevista(s) no aviso de concurso.
 - b. Descrição detalhada da candidatura, dos seus objetivos e da necessidade e oportunidade da realização da operação.
 - c. Calendário de realização física e financeira.
 - d. Identificação e justificação dos Indicadores de realização e de resultado que permitam avaliar o contributo da candidatura para os respetivos objetivos.
 - e. Caracterização técnica e fundamentação de cada componente de investimento, incluindo cálculos justificativos do apuramento do investimento elegível e não elegível propostos e a respetiva calendarização de realização física e financeira. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - f. Justificação detalhada da correspondência entre os valores propostos para as componentes e as ações, e respetivos procedimentos contratuais. Deverá ainda ser enviada a mesma informação em ficheiro excel editável.
 - g. Grau de maturidade das componentes de investimento.
 - h. Sustentabilidade da candidatura após realização do investimento.
 - i. Plano de comunicação a desenvolver no decurso da implementação da operação e na sua conclusão, de acordo com a alínea I) do artigo 5º do RE SEUR.
2. Planta de localização e delimitação da área de intervenção proposta, a uma escala adequada e devidamente legendada.
3. Informação técnica detalhada dos serviços camarários, nos termos do RJUE, que comprove a observância da operação urbanística com as normas legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis, designadamente as constantes de instrumento de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e as normas técnicas de construção, acompanhada do extrato das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, identificando a área de intervenção da candidatura.
4. Pareceres/licenças emitidos (caso aplicável) pelas entidades competentes no âmbito de:
 - a. Instrumentos de Gestão Territorial e restrições de utilidade pública.
 - b. Domínio Hídrico.

- c. Avaliação de Impacte Ambiental.
 - d. Pareceres setoriais (exemplo: Instituto de Mobilidade e Transportes, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, Direção-Geral do património Cultural, Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Direção-Geral da Saúde, Direção Regional de Cultura do Centro, etc).
 - e. Outra documentação específica decorrente do aviso.
 - f. Parecer de entidade externa competente que fundamenta a exceção à necessidade de pareceres técnicos e licenciamentos, autorizações e obrigações legalmente exigidas.
-
- 5. Estatutos da entidade promotora aprovados e publicitados (quando aplicável – não não aplicável aos projetos cujo promotor é o Município).
 - 6. Documento de formalização da parceria ou protocolo (quando aplicável).
 - 7. Documentação comprovativa da propriedade ou legitimidade para intervenção nos terrenos ou edifícios necessários à concretização da candidatura (incluindo planta com a identificação das respetivas parcelas).
 - 8. Modelo de gestão das infraestruturas previstas na candidatura, onde seja evidenciada a tipologia de exploração dos espaços e/ou equipamentos (concessão, arrendamento, venda, etc.), como e quem será responsável pela manutenção e conservação do espaços e/ou equipamentos, bem como, a indicação/justificação dos custos e receitas associados.
 - 9. No caso dos projetos geradores de receitas, demonstração do cumprimento das normas comunitárias e nacionais aplicáveis, nomeadamente o previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de Outubro, conforme orientação ou norma específica do Programa Operacional.
 - 10. Comprovativo do enquadramento do beneficiário em termos de IVA.
 - 11. Contributo para a fundamentação da análise de mérito, atendendo aos critérios de seleção constantes do presente aviso.
 - 12. Comprovativo da inscrição em Plano e Orçamento aprovado e devidamente assinado da totalidade dos investimentos propostos.
 - 13. Declarações de compromisso do órgão competente da entidade, em como assegura o cumprimento das orientações e normas técnicas aplicáveis decorrentes do Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei nº 215/2015, de 6 de outubro e do RE SEUR.
 - 14. No caso de despesas inerentes à aquisição de imóveis que se revelem imprescindíveis, deverá ser apresentada a seguinte documentação comprovativa:

- a. Relação direta entre o imóvel e os objetivos da operação, só podendo ser utilizados em conformidade com os objetivos da operação em causa.
 - b. Declaração de um avaliador independente e acreditado ou de um organismo oficial devidamente autorizado para o efeito, que certifique que o custo não excede o valor do mercado, que o bem está em conformidade com a legislação nacional ou, que especifique os pontos que, não estando conformes, devem ser retificados pelo beneficiário final no âmbito da operação.
- 15.** Nos sete anos precedentes, o custo do imóvel não ter sido objeto de ajuda de subvenções nacionais ou comunitárias.
- 16.** Avaliação dos riscos associados à operação, designadamente de carácter financeiro ou de execução, nomeadamente os associados à existência de achados arqueológicos na área de incidência.

ANEXO II - REFERENCIAL DE ANÁLISE DE MÉRITO DA OPERAÇÃO

Para cada tipologia de intervenção, foram identificados os critérios de seleção a aplicar, em função da sua adequação ao que se pretende avaliar, cuja densificação dos subfatores se encontra no Anexo.

Os critérios de seleção encontram-se alinhados de acordo com os seguintes princípios gerais:

A - EFICIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE - avalia a operação na perspetiva da racionalidade na alocação dos recursos financeiros disponíveis, privilegiando investimentos em áreas deficitárias e avaliando a oportunidade da sua realização, em relação à implementação de medidas que assegurem a sua sustentabilidade (temporal, ambiental, económica, financeira);

B - ADEQUAÇÃO À ESTRATÉGIA – nos casos aplicáveis, mede o contributo da operação para as estratégias da política territorial (nacional, regional ou local) e sectoriais relevantes;

C - EFICÁCIA - mede, sempre que possível, o contributo da operação para as metas dos indicadores definidos para a Prioridade de Investimento e Objetivo(s) Específico(s) onde a operação se insere e/ou para outros resultados a que se propõe;

D - ABORDAGEM INTEGRADA – nos casos aplicáveis, avalia a operação na perspetiva do seu efeito aglutinador, quer no que respeita às complementaridades com outras ações já financiadas por instrumentos/programas nacionais ou comunitários, introduzindo um fator de escala e de ampliação de efeitos dessas ações, às parcerias com terceiros que promovam sinergias e ainda à abrangência territorial que potencie os efeitos da operação.

A metodologia de cálculo para seleção e hierarquização das candidaturas submetidas no âmbito do presente Aviso de Concurso é baseada no indicador de Mérito da Operação (MO), determinado pela seguinte fórmula:

$$MO = 0,30 \times A1 + 0,15 \times A2 + 0,10 \times A3 + 0,30 \times B + 0,15 \times C$$

em que:

A = Eficiência e Sustentabilidade;

B = Adequação à Estratégia;

D = Eficácia;

C = Abordagem Integrada.

As pontuações dos critérios são atribuídas numa escala compreendida entre 1 e 5, sendo o resultado do MO arredondado à centésima.

A análise será determinada pela ponderação de cada critério numa escala de avaliação de 1 a 5, em que 5 representa uma valoração muito elevada, 4 uma valoração elevada, 3 uma valoração média, 2 uma valoração reduzida e 1 uma valoração muito reduzida

Para efeitos de seleção, consideram-se elegíveis e objeto de hierarquização os projetos que obtenham uma pontuação final de MO igual ou superior a 3,00.

Para efeitos de desempate entre candidaturas será utilizada a pontuação atribuída aos seguintes critérios e pela seguinte ordem:

1º Eficácia;

2º Eficiência e Sustentabilidade;

3º Adequação à Estratégia;

Anexo II - CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE CANDIDATURAS

Critérios de Seleção						
			Intervenções integradas de promoção da eficiência energética e de utilização de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da Administração Local		Intervenções integradas de promoção de eficiência energética nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e de iluminação decorativa	
			Coeficientes de Ponderação do Critério		Coeficientes de Ponderação do Critério	
			Mín.	Máx.	Mín.	Máx.
A - Eficiência e Sustentabilidade	I	Racionalidade económica das ações previstas na operação avaliada através do rácio entre o investimento (€) e a redução de consumo (tep) decorrente da implementação da operação	20%	40%	20%	40%
	II	Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis (para além de ações de eficiência energética, a operação prevê ainda a instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes renováveis)	5%	10%	5%	10%
	III	Desempenho energético superior a dois níveis no certificado de desempenho energético dos edifícios, avaliado através do aumento dos níveis de desempenho energético no certificado energético dos edifícios	10%	20%		
B - Adequação à Estratégia	IV	Contributo das ações previstas na operação para a redução de emissões de CO2 (calculado base ton CO2) avaliado através da redução de emissões anuais de CO2 associadas ao resultado da intervenção	20%	30%	20%	30%
C - Eficácia	V	Contributo das ações previstas na operação para os objetivos específicos e para as metas fixadas nos indicadores de resultado definidos na respetiva Prioridade de Investimento do PO Regional avaliado através da redução do consumo de energia primária na operação objeto da intervenção (%)	15%	30%	15%	30%
	VI	Contributo das ações previstas na operação para os objetivos específicos e para as metas fixadas nos indicadores de resultado definidos na respetiva Prioridade de Investimento do PO Regional: Avaliado através do número de agregados familiares com redução do consumo energético				
	VII	Contributo das ações previstas na operação para os objetivos específicos e para as metas fixadas nos indicadores de resultado definidos na respetiva Prioridade de Investimento do PO Regional: Avaliado através da percentagem de fogos de habitação social com classificação energética melhorada objeto de intervenção				

$$MO = 0,3A1 + 0,15A2 + 0,10A3 + 0,30B1 + 0,15C1$$

Anexo III

Requisitos das medidas e Despesas Elegíveis em Eficiência Energética e Energias Renováveis, por tipologia de operação

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
a) Intervenções que visem o aumento da eficiência energética dos edifícios e equipamentos públicos da administração local (tipologia de operação: alínea a) do ponto 2.1 do Aviso)	
<p>i) Intervenções na envolvente opaca dos edifícios, com o objetivo de proceder à instalação de isolamento térmico em paredes, pavimentos, coberturas e caixas de estore.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No caso de sistemas de isolamento térmico de paredes pelo exterior (ETICS) o mesmo deverá cumprir com a aprovação técnica europeia (European Technical Approval - ETA). No caso de isolamento térmico de pavimentos e coberturas (EPS e XPS) devem ser cumpridas as normas CEN e a marcação CE.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e respetiva colocação de isolamento térmico (ex: poliestireno expandido, extrudido, lã mineral, cortiça ou outro) em fachadas, paredes, pavimentos, caixa de estores e preenchimento da caixa-de-ar de paredes duplas. Acabamento (pintura, reboco, entre outros) relativo à instalação deste tipo de isolamento (por exemplo, em fachadas), na medida em que esse acabamento resulte da aplicação do isolamento. <p>Exemplos:</p> <p>A – É colocado isolamento na fachada, sendo necessário posteriormente rebocar e pintar ou revestir a fachada – despesa elegível.</p> <p>B – É colocado isolamento a preencher a caixa-de-ar de uma parede dupla – acabamento exterior não é despesa elegível.</p> <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <ul style="list-style-type: none"> “Envolvente opaca”
<p>ii) Intervenções na envolvente envidraçada dos edifícios, nomeadamente através da substituição de caixilharia com vidro simples, e caixilharia com vidro duplo sem corte térmico, por caixilharia com vidro duplo e corte térmico, ou solução equivalente em termos de desempenho energético, e respetivos dispositivos de sombreamento.</p> <p>Requisitos:</p>	<p>Aquisição e respetiva instalação de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Caixilharia de alumínio com corte térmico; Caixilharia de PVC ou madeira, ou de PVC/alumínio forrada a madeira; Vãos duplos de caixilharia; Outros tipos de caixilharia que conduzam ao cumprimento dos requisitos mínimos de

<p>As janelas a instalar devem estar de acordo com Regulamento dos Produtos da Construção (RPC) e evidenciar marcação CE. Para além disso devem possuir classe energética A de acordo com o Sistema de Etiquetagem Energética de Produtos. https://www.seep.pt/pt-PT/Paginas/default.aspx</p> <p>As fachadas envidraçadas que não possuam elementos de sombreamento devem cumprir com o requisitos de fator solar previsto na Tabela I.10 da Portaria n.º 349-D/2013.</p>	<p>desempenho aplicáveis.</p> <p><i>Nota: na especificação de caixilharias devem ser avaliadas as condições de ventilação do edifício ou fração e, se necessário, utilizar estes elementos para incorporar eventuais dispositivos de admissão de ar.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Dispositivos de sombreamento – palas, platibandas, estores, sistemas dinâmicos de sombreamento, fachadas agrafadas entre outras soluções que permitam um aumento na eficiência energética por melhoria das condições interiores no edifício ou fração. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Envolvente envidraçada”</p>
<p>iii) Iluminação interior e intervenções nos sistemas técnicos instalados, através da substituição dos sistemas existentes por sistemas de elevada eficiência, ou através de intervenções nos sistemas existentes que visem aumentar a sua eficiência energética, nomeadamente integração de água quente solar, incorporação de microgeração, sistemas de iluminação, aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência previstos nos seguintes pontos da Portaria n.º 349-D/2013:</p> <p>Ponto 7 - Sistemas de ar condicionado;</p> <p>Ponto 8 - Sistemas de preparação de AQS</p> <p>Ponto 9 - Sistemas de Iluminação.</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p> <p>Nos casos dos sistemas de aquecimento a instalar (esquentadores de condensação, caldeira de condensação, bombas de calor) devem possuir classe energética mínima igual a A.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de equipamentos de iluminação interior. Lâmpadas. Intervenções em sistemas de produção de águas quentes sanitárias (AQS) ou outros sistemas técnicos já existentes, com o objetivo da sua otimização em termos de eficiência energética. Substituição (aquisição e instalação) de sistema AQS por outro novo, mais eficiente – por exemplo, num edifício devoluto que já apresente algum tipo de sistema de AQS, ainda que esteja devoluto, é elegível a colocação de um novo, mais eficiente.

<p>Nos casos de equipamentos de iluminação interior a instalar devem possuir classe energética mínima igual a A.</p>	<p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de sistema de AQS e de outros sistemas técnicos onde não existia nenhum. • Aquisição e instalação de sistemas de ventilação pontual (exaustores) de cozinha. • Intervenções nas redes elétricas. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Aquecimento de águas sanitárias (AQS)” “AQS e Climatização” “Sistemas de iluminação”</p>
<p>iv) Instalação de sistemas e equipamentos que permitam a gestão de consumos de energia, por forma a contabilizar e gerir os consumos de energia, gerando assim economias e possibilitando a sua transferência entre períodos tarifários.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No caso de sistemas de gestão técnica centralizada de edifícios a intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência aplicáveis e previstos no ponto 10 da Portaria n.º 349-D/2013.</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de equipamentos e sistemas que permitem, do ponto de vista do utilizador, gerir o consumo de energia da fração ou edifício (por ex. Termostatos, relógios programadores de corrente elétrica, reguladores de intensidade de luz). <p>Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contadores inteligentes e eletrodomésticos que permitam regulação do consumo de energia. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Não.</p>

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
b) Intervenções ao nível da promoção de energias renováveis nos edifícios e equipamentos da administração local para autoconsumo desde que façam parte de soluções integradas que visem a eficiência energética (tipologia de operação: alínea b) do ponto 2.1 do Aviso)	
<p>i) Instalação de painéis solares térmicos para produção de água quente sanitária e climatização;</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos de eficiência previstos no ponto 8 da Portaria n.º 349-D/2013;</p> <p>Os sistemas solares térmicos a instalar devem possuir Solar Keymark ou a marcação CE. A classe energética A de acordo com a Sistema de Etiquetagem Label Pack A+: http://www.label-pack-a-plus.eu/Portugal/</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de painéis solares térmicos em coberturas, fachadas ou logradouros, destinados ao aquecimento das águas sanitárias e climatização. <p>Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:</p> <p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Aquecimento de águas sanitárias (AQS)”, cuja solução técnica se enquadre em “Sistema solar de circulação forçada”</p>
<p>ii) Instalação de sistemas de produção de energia para autoconsumo a partir de fontes de energia renovável.</p> <p>Requisitos:</p> <p>A intervenção deverá cumprir com os requisitos do Decreto-Lei n.º 153/2014 de 20 de outubro;</p> <p>Painéis/sistemas com certificado Solar Keymark</p> <p>Projeto de execução dos sistemas a instalar</p>	<ul style="list-style-type: none"> Aquisição e instalação de unidades de produção para autoconsumo baseadas em tecnologias de produção renováveis, a instalar na cobertura, fachada, interior ou logradouro do edifício, que permitam uma associação a cada fração do edifício (se aplicável), bem como às partes comuns, permitindo o consumo de energia em cada uma dessas partes do edifício. <p>Exemplos:</p> <p>Painéis solares, aerogeradores, sistemas de produção de energia a partir de biomassa (como recuperadores de calor) entre outros sistemas e equipamentos de produção de energia a partir de fontes renováveis.</p> <p>A despesa elegível com investimento em produção de energia elétrica para autoconsumo a partir de fontes de energias renováveis está limitada a 30% do montante de investimento elegível da candidatura relativo às componentes de eficiência energética.</p>

Custos Padrão por Tecnologias aplicáveis:

Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:

“Sistemas de produção de energia”

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
c) Intervenções nos sistemas de iluminação pública, sistemas semafóricos e sistemas de iluminação decorativa, tais como monumentos, jardins, entre outros, com o objetivo de reduzir os consumos de energia, através da instalação de sistemas e tecnologias mais eficientes, assim como pela introdução de sistemas de gestão capazes de potenciar reduções do consumo de energia elétrica associado a estes sistemas. (tipologia de operação: alínea c) do ponto 2.1 do Aviso)	
Requisitos: Iluminação Pública e decorativa: Obedecer aos parâmetros de referência estabelecidos pela DGEG; Cumprir com os requisitos constantes no documento DMA-C71-111/N relativo a aparelhos de iluminação elétrica e acessórios (luminárias de iluminação pública: tecnologia LED) estabelecidos pela EDP Distribuição. Semáforos: Conformidade com as normas EN 60598-2-1996/EN 50081-1:92/EN 50082-1:92, na sua versão atual; Cumprimento das Diretivas Comunitárias de baixa tensão (73/23/EEC) e compatibilidade eletromagnética (89/336/EEC) Certificação de acordo com a EN 12368:2006, no que diz respeito a diâmetros de vidros normalizados, intensidade luminosa, distribuição da intensidade luminosa, uniformidade de iluminação, limites máximos para o efeito “fantasma”, cromaticidade, temperatura ambiente e cor.	<ul style="list-style-type: none"> Despesas com a aquisição de lâmpadas e luminárias utilizadas na iluminação pública e decorativa, bem como nos sistemas semafóricos; Aquisição de sistemas de gestão que permitam reduzir o consumo de energia elétrica associado aos sistemas iluminação pública, decorativa e semafóricos. Despesas com a realização de auditorias e outros estudos energéticos necessárias à realização dos investimentos Despesas com a realização de auditorias e outros estudos energéticos que permitam determinar as economias de energia a alcançar
	Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo): <ul style="list-style-type: none"> Redes elétricas associadas às instalações de iluminação pública
	Custos Padrão por tecnologias aplicáveis

	<p>Sim, para a(s) tipologia(s) de intervenção previstas no Anexo II do Aviso:</p> <p>“Iluminação pública, decorativa e semáforos”</p>
--	---

Requisitos das medidas	Despesas Elegíveis
d) Auditorias, diagnósticos e outros trabalhos necessários à realização de investimentos, bem como a avaliação «ex-post» independente que permita a avaliação e o acompanhamento do desempenho e da eficiência energética do investimento (tipologia de operação: alínea d) do ponto 2.1 do Aviso)	
<p>Elaboração e emissão de certificado energético no âmbito do SCE, devidamente acompanhado do Relatório de Auditoria Energética, que caracterize o cenário de base e detalhe as medidas de eficiência energética que serão tidas em conta no âmbito da candidatura.</p> <p>Requisitos:</p> <p>No âmbito do Sistema de Certificação de Edifícios, Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de agosto, na sua mais recente redação.</p>	Relativamente à avaliação “ex-ante”
	<ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para o atual referencial (de 2016); Despesas com o processo de certificação energética nos casos em que não constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar.
	Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo): <ul style="list-style-type: none"> Despesas com o processo de certificação energética em que tal constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar.
	Relativamente à avaliação “ex-post”
	<ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético para a situação após a conclusão da operação.
	Exemplos de operações não elegíveis (não exaustivo): <ul style="list-style-type: none"> Despesas com a atualização do certificado energético em que tal constitua uma obrigatoriedade legal para os edifícios a intervencionar (grande intervenção).



Anexo IV

Custos-padrão máximos por tecnologia definidos pela DGEG

Os custos unitários máximos apresentados neste Anexo são sem IVA

CUSTO-PADRÃO

(para efeitos de análise de candidaturas ao Portugal 2020)

Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Caraterística dos elementos	Custo unitário máximo (€/m ²)	Vida útil (anos)
Envolvente opaca	Aplicação de isolamento térmico contínuo em paredes (ETICS) com EPS 100	Até 80 mm de isolamento	41,0	25
	Aplicação de isolamento térmico contínuo em paredes (ETICS) com EPS 150	Até 80 mm de isolamento	44,9	25
	Aplicação de isolamento térmico no pavimento com EPS 150	Até 100 mm de isolamento	13,5	25
	Aplicação de isolamento térmico na cobertura com EPS 150	Até 100 mm de isolamento	13,5	25
	Aplicação de isolamento térmico na cobertura com lajetas térmicas XPS	Até 100 mm de isolamento	25,0	25
Envolvente envidraçada	Substituição de vãos envidraçados por soluções mais eficientes com caixilharia de PVC	Vidro duplo incolor	260,0	35
	Substituição de vãos envidraçados por soluções mais eficientes com caixilharia de alumínio com corte térmico	Vidro duplo low-e	380,0	35
	Dispositivos de sombreamento (estore veneziano ou equivalente)	--	100,0	10
	Dispositivos de sombreamento (estores de lâminas de cor média)	--	70,0	10

Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Caraterística dos equipamentos	Custo unitário máximo (€/equipamento)	Vida útil (anos)
Aquecimento de águas sanitárias (AQS)	Sistema solar de circulação forçada (kit), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes	3 coletores / 6 m2	6100	15
	Sistema solar de circulação forçada (kit), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes	4 coletores / 8 m2	6900	15
	Sistema solar de circulação forçada (peças), incluindo depósito 500 l, acessórios e tubagem, instalação, testes e transportes	6 coletores / 12 m2	9400	15
	Sistema solar de circulação forçada (peças): coletor adicional	1 coletor de 2 m2	1000	15
	Sistema solar de circulação forçada (peças): capacidade adicional do depósito (inclui aumento de capacidade do vaso de expansão e do grupo de circulação)	+500 litros	3000	15
	Esquentador compacto de exaustão ventilada	18 litros/min	400	15
	Esquentador compacto, ventilado e estanque (adequado para apoio ao solar térmico)	18 litros/min	450	15
	Esquentador de alta capacidade	27 litros/min	1400	15
	Termoacumulador elétrico 2 kW	Até 75 litros	175	20
	Caldeira mural convencional a gás	Até 35 kW	1750	20
	Caldeira mural de condensação	Até 30 kW	2250	20
	Caldeira mural de condensação	Até 45 kW	3200	20
	Caldeira mural de condensação	Até 65 kW	4100	20
AQS e Climatização	Bomba de calor ar-água (unidade exterior/unidade interior)	Até 5 kWe	3750	15
	Caldeira mural com radiadores constituídos por elementos	30-65 kW	Custo caldeira + 15€/elemento	20

Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Área Interior	Custo unitário máximo (€/m2)	
Auditorias energéticas	Edifícios de serviços (escritórios, escolas, instalações desportivas, hospitais e unidades de saúde)	Inferior a 1000 m2	2,5	
	Edifícios de serviços (escritórios, escolas, instalações desportivas, hospitais e unidades de saúde)	Entre 1000 e 2500 m2	1,5	
	Edifícios de serviços (escritórios, escolas, instalações desportivas, hospitais e unidades de saúde)	Entre 2500 e 10000 m2	1,0	
	Edifícios de serviços (escritórios, escolas, instalações desportivas, hospitais e unidades de saúde)	Superior a 10000 m2	0,7	
Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Potência instalada	Custo unitário máximo (€/kWp)	Vida útil (anos)
Sistemas de produção de energia	Módulos fotovoltaicos com estrutura e inversor	Até 1,5 kwp	2000	25
	Sistema Solar fotovoltaico	Mais de 1,5 a 20 Kwp	1700	25
	Sistema Solar fotovoltaico	Mais de 20 kwp	1400	25
Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Potência instalada	Custo unitário máximo	Vida útil (anos)
Sistemas de iluminação	Substituição de lâmpadas convencionais por tubos de led	Até 25W/lâmpada	2 €/W	12
	Substituição de lâmpadas dicróicas por led	Até 15 W/lâmpada	4 €/W	12
Tipo de intervenção	Descrição da solução técnica	Potência instalada	Custo unitário máximo	Vida útil (anos)
Iluminação pública,	Instalação de Luminária LED, com potência referência de 20 W	70 W	200 €	12

decorativa e semáforos	Instalação de Luminária LED, com potência referência de 40 W	100 W	230 €	12
	Instalação de Luminária LED, com potência referência de 55 W	150 W	260 €	12
	Instalação de Luminária LED, com potência referência de 110 W	250 W	300 €	12
	Instalação de óticas LED para semáforos, com potência de referência de 10 W	70 W ou 100 W	65 €	17
	Instalação de luminárias decorativas (globo) LED	Até 250 W	300 €	12
	Instalação de luminárias decorativas (projetores) LED	Até 150 W	500 €	12
	Sistemas de telegestão a instalar nos sistemas de iluminação pública	n.a.	35 €/luminária	12

Fonte: Direção-Geral de Energia e Geologia (setembro de 2016)